

Ano I | Nº 01 | 2º Semestre 2018 | ISSN 2595-6191

PLURAL

Psicologia em Tempos de Resistência

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia 12ª Região – CRP-SC

Sede

Rua Prof. Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis/SC – CEP: 88080-300
– Fone (48) 3244-4826

Subsede Oeste

Av. Porto Alegre, 427-D, Ed. Lázio Executivo, Sala 802 – Centro – Chapecó/
SC – CEP: 89802-130 – Fone: (49) 3304-0388

Subsede Sul

Rua Henrique Lage, 267,2º andar, sala 02, Ed. João Benedit - Centro -
Criciúma/SC - CEP: 88801-010 - Fone: (48) 2102-7091

Subsede Norte

Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed. Adville Business, America, Joinville/SC -
CEP: 89204-248 - Fone: (47) 3202-7421

Conselho Editorial:

Ematuir Teles de Sousa e Rodrigo Gomes Ferreira

Editoração:

Apex Conteúdo Estratégico

Jornalista Responsável:

Sidiane Kayser dos Santos Schwinzer (5987/SC)

Fotos:

Ayrton Cruz

Diretoria do IX Plenário do CRP-12

Conselheiro Presidente

Fabício Antônio Raupp

Conselheira Vice-Presidenta

Pâmela Silva dos Santos

Conselheira Tesoureira

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

Conselheiro Secretário

Ematuir Teles de Sousa

Conselheiras(os) do IX Plenário CRP-12

Alexandre Donisete Aleixo
Elisa Rita Ferreira de Andrade
Joice Danusa Justo
Joseane de Oliveira Luz
Juliana Lima Medeiros
Junior Cesar Goulart
Marivete Gesser
Marcos Henrique Antunes
Nasser Haidar Barbosa
Paulo Roberto Wovst Leite
Rodrigo Gomes Ferreira
Simone Vieira de Souza
Tatiane Cristine da Silva

PSICOLOGIA EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA

É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição da *Plural*, a nova revista do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. Criamos esta nova revista como parte da melhoria de todo o plano de comunicação do nosso Conselho. Antes, publicávamos a revista impressa *Psicologia em Movimento*, que convergia três tarefas: compartilhar notícias; aprofundar reflexões através de artigos acadêmicos; e fazer o registro histórico das atividades realizadas pelo CRP. Após pesquisas, percebemos que esta proposta editorial já não tinha mais grande adesão. Considerando o atual uso intenso da internet, escolhemos esta como a via para as notícias, bem como para a distribuição de outras publicações periódicas. Para o registro histórico, melhoramos os relatórios anuais de gestão, como uma publicação independente das atividades realizadas e disponível no website do CRP. Desta forma, ficou para a revista *Plural* o objetivo de continuar o fomento às reflexões sobre pautas fundamentais à atualidade da Psicologia catarinense e brasileira. As edições agora terão um tema que os textos poderão aprofundar, em um estilo mais ensaístico e não tanto acadêmico - por entender ser mais próximo à maioria da categoria profissional, e por já haver boas revistas acadêmicas em circulação. A reformulação também trouxe um projeto gráfico mais atraente, e o formato agora será exclusivamente digital - reduzindo custos, evitando desperdício de papel e, também, ampliando o alcance. A periodicidade será de uma a duas edições por ano, permitindo mais tempo de “digestão” e debate do conteúdo.

Para esta primeira edição, o tema escolhido foi “Psicologia e Democracia”, por entendermos que há necessidade em debater a relação das profundas mudanças políticas em curso no Brasil e seus reflexos no trabalho de profissionais da Psicologia, na formação de subjetividades, produção de sofrimentos, e formas possíveis (e necessárias) de atuação das psicólogas e psicólogos.

Temos uma análise da conjuntura política, feita por Tatiana Minchoni, com um apanhado dos últimos acontecimentos mais relevantes que convocam a inevitável implicação política em todas as práticas psicológicas; a discussão feita pela Juliana Rego Silva sobre a relação fundamental da Psicologia brasileira e da democracia com o princípio da laicidade; a defesa do exercício clínico com a própria defesa da democracia, no texto da Daniela Sevegnani Mayorca; o embate necessário contra o racismo estrutural que a Psicologia deve fazer, na reflexão de Renata Lima; uma reflexão sobre nossa ética profissional frente às questões da cidade, com ideias de Sandro Marcelo Xavier; e o questionamento de Felipe Dutra Demetri sobre as possibilidades de enfrentamento do discurso de ódio para além da via jurídico-burocrática.

06

Panorama dos recentes ataques aos Direitos no Brasil



15

Discurso de ódio: entre a polêmica e a problematização



11

*Democracia,
Clínica e Violência
de Estado*

23

Um olhar sobre a atuação em políticas urbanas: a ética como instrumento de trabalho do psicólogo



20

O mito da democracia racial no Brasil

28

Psicologia, Democracia e Laicidade

PANORAMA DOS ATAQUES AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: COLETIVIZAR A RESISTÊNCIA

A convite do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP 12) mobilizo-me na tarefa árdua de escrever sobre a análise de conjuntura política no atual contexto brasileiro pós golpe jurídico-parlamentar-midiático. A dificuldade de objetivar em palavras os últimos acontecimentos reside justamente na dinamicidade e velocidade que estes têm ocorrido. Basta um piscar de olhos e recebemos mais um golpe brutal aos nossos direitos. Por outro lado, visualizo nessa escrita a oportunidade de convidar todas/os as/os profissionais de Psicologia a refletir sobre a necessidade de realizar tais análises cotidianamente.

Em princípio é importante situar que parto do materialismo histórico-dialético para compreensão da realidade, o que implica uma análise histórica, concreta e processual das relações sociais, as quais são forjadas na sociedade de classes, possibilitando a compreensão do movimento e das contradições da realidade. No campo psi, compreendo a constituição de singularidades a partir das relações sociais que estabelecemos na vida. É por meio destas que nos apropriamos da história e da cultura dos povos, de forma

que no processo de constituir-se enquanto sujeito, na internalização das práticas sociais embebidas de significação cultural de um tempo histórico, o sujeito tanto se configura com um ser que é fruto da história e da cultura, como também produz as mesmas de forma ativa, evidenciando o caráter histórico e dialético da compreensão vigotskiana de desenvolvimento humano.

A partir de tais bases, é impossível nos descolarmos da realidade complexa que vivemos. Tampouco é possível afirmarmos uma suposta “neutralidade” em nossas práticas profissionais, haja vista nossa intrínseca e ativa participação na tessitura social. É inegável que nossa atuação, tanto como sujeitos no mundo, quanto como profissionais da Psicologia implicadas/os em movimentos, afecções, interpelações que podem suscitar ressignificações, rearranjos, fortalecimentos e/ou controle, cerceamento, limitações, algumas dentre tantas possibilidades. Em outras palavras, há uma implicação política em toda e qualquer prática psi, pois somos também produtoras/es de subjetividades nos múltiplos contextos de nossa atuação, seja no âmbito privado ou público.

Isto posto, adentremos em alguns retrocessos impostos à todas/os nós, que reverberam em nossas vidas e práticas. Ainda que o Estado se pretenda laico e que as representações parlamentares devam estar a serviço dos povos brasileiros, foi em nome de deus, de suas próprias famílias, e até de torturadores do período da ditadura militar, que foi posto em curso, no ano de 2016, o *impeachment* de uma presidenta legitimamente eleita com 54 milhões de votos.

Se mirarmos as características de nossos supostos representantes, eleitos para exercício a partir de 2015, poderemos enxergar o que está além da disputa governamental: 50% dos eleitos têm patrimônio acima de um milhão de reais enquanto 60% da população brasileira ganha em torno de dois salários mínimos; a maioria é masculina e branca - nós mulheres correspondemos à 51% da população, mas na câmara não chegamos a 10%; ainda que a população negra (autodeclarada preta e parda) corresponda à 53% da população, na câmara são apenas 20%; são aproximadamente 900 mil indígenas no país para nenhum no Congresso; mais de 80% dos parlamentares concluíram o ensino superior, enquanto a média nacional de tal formação está em torno de 34%. Por fim, um mapeamento das bancadas atuais da Câmara Federal revela: são 207 parlamentares na ruralista; 197 na evangélica; 208 na empresarial; 226 na de empreiteiras e construtoras; 238 na dos parentes - deputados com familiares políticos; e 38 na bancada da bala - financiada por indústrias de armas e munições .



Foto: Ayrton Cruz

Longe de cair num julgamento simplista de que a responsabilidade dessa composição é somente do povo brasileiro, ressalto que apenas 36 deputados federais foram eleitos diretamente nas urnas, os demais foram eleitos pela proporcionalidade. Acrescentemos um elemento primordial: muitas siglas são dependentes do financiamento empresarial de campanhas, o que implica na cooperação de parlamentares com os interesses de empresários e, inclusive, com o que será pautado na agenda legislativa. Desta feita, passemos aos retrocessos que já estavam em curso e avançaram nas tramitações no Congresso Nacional na esteira do golpe.

Um dos graves retrocessos até o momento foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 241/55 (PEC do fim do mundo), que congela o teto dos gastos públicos com saúde e educação por 20 anos com base no orçamento de 2016, com um discurso oficial falacioso de que só é possível recuperar a economia limitando investimentos públicos em gastos sociais. Isso conflui, na realidade, com a agenda neoliberal em curso no Brasil desde a década de 90. A essa combinação acrescento a reforma trabalhista. Esta prevê que a negociação entre patrão e empregada/o prevaleça sobre a lei, com a possibilidade dos acordos estarem fora do contrato de trabalho; que a justiça seja gratuita em ações trabalhistas somente quando comprovada a pobreza do/a trabalhador/a; a jornada diária pode chegar até 12 horas, não sendo considerados mais o tempo para alimentação, higiene, intervalos para descanso ou troca de uniforme; os empregadores não necessitam mais comunicar ao Ministério do Trabalho quando houver excesso de jornada; o

descanso mínimo para alimentação que era de 1 hora passou para 30 minutos; não há necessidade de pagamento de piso ou salário mínimo, sendo a remuneração por produção; o tempo de deslocamento não é mais considerado parte da jornada de trabalho; mulheres grávidas podem trabalhar em locais insalubres; abriu-se a possibilidade do trabalho intermitente; as terceirizações foram flexibilizadas, entre outros aspectos. Ressalte-se que 1 em cada 3 mudanças apresentadas por parlamentares foram escritas em associações empresariais, deixando ainda mais evidente de quem são os verdadeiros interesses em tal reforma.

Além disso, os Direitos Humanos têm sido gravemente atacados cotidianamente. Os impactos da construção de um país em bases colonialistas e escravocratas repercutem nos corpos da população negra e de diferentes etnias indígenas, que vivenciam um verdadeiro genocídio. Para exemplificar, a cada 100 pessoas mortas no Brasil, 71 são negras; 60% da população carcerária brasileira, que já passa dos 726.000 presos/as, também é negra, evidenciando a seletividade penal da justiça brasileira. E, somente em 2016, foi registrado o assassinato de 118 indígenas. A luta pela demarcação das terras indígenas é incessante já que entra em choque com interesses da bancada ruralista, sendo recorrente o assassinato de lideranças indígenas por perseguição política, e defensores de seus direitos na disputa pela terra. No âmbito urbano territórios demarcados pela pobreza, onde há concentração da população negra, são criminalizados, sofrendo a intervenção desmedida e truculenta dos aparatos militares do Estado, reafirmando que a ditadura só teve fim para alguns setores da sociedade

brasileira .

E não pára por aí. Atualmente lideramos o ranking de assassinato de pessoas trans; a cada 19 horas uma pessoa LGBT é morta ou comete suicídio por motivações homolesbotransfóbicas; uma mulher é morta a cada 2 horas. Se tais índices que atingem o limite da vida são alarmantes, urge a discussão sobre gênero (e a opressão) em distintos espaços da sociedade. Ao contrário disso, em diversos municípios os temas da identidade de gênero e orientação sexual foram excluídos dos planos educacionais.

Há um pacote de projetos em curso que apontam para o desmonte da própria concepção de direitos sociais, previstos na Constituição Federal, já que os dispositivos que vinham garantindo direitos fundamentais estão sendo substituídos por uma lógica privatista, em que trabalhadoras/es deixarão de ter uma relação direta com a gestão pública, e a população terá menos acesso ainda aos direitos mínimos. Em Florianópolis, por exemplo, o atual prefeito colocou em votação em regime de urgência e conseguiu a aprovação do projeto de lei na Câmara Municipal, que permite à prefeitura a contratação de organizações sociais para a administração e gestão dos serviços públicos de saúde e educação, sem estabelecer nenhum diálogo com a população. A quem realmente interessa o desmonte total das políticas públicas e a implementação de políticas de austeridade? Cabe minimamente questionar e analisar quais as perspectivas futuras.

A assistência social, que ainda se consolida como direito universal (que deve ser garantido pelo Estado) com a implementação

do Sistema Único de Assistência Social, já sofre os impactos, tendo o orçamento drasticamente reduzido para o ano de 2018. Associado a isso, assistimos pasmas/os à volta ao “primeiro damismo” com o programa “Criança Feliz” e a perspectiva de ajuda e filantropia, na contramão dos avanços e conquistas históricas no campo da assistência social, bem como retrocessos na garantia de direitos à crianças e adolescentes.

Na saúde mental, o recente repasse de R\$ 87 milhões de reais para comunidades terapêuticas, famosas pelas denúncias de violações de Direitos Humanos, implicará em prejuízos às usuárias/os e profissionais da Rede de Atenção Psicossocial. Além disso, isso significa um retorno a um modelo asilar como central na atenção à usuárias/os, com isolamento e exclusão do convívio social, na contramão da luta antimanicomial. É o investimento público no setor privado, utilizando o sofrimento humano para lucrar.

Se atualmente as psicólogas/os que atuam nas políticas públicas já necessitam ser bastante inventivas/os no atendimento à população dada a precariedade de muitos serviços (falta telefone, computador, internet, carros para visitas domiciliares, acessibilidade, segurança, condições de higiene e salubridade, entre outros), temos um cenário preocupante para a atuação profissional nos próximos períodos, considerando o corte nos investimentos, a opção pela terceirização ao invés da contratação por concurso público, a flexibilização dos direitos trabalhistas e o não acesso da maioria da população a direitos fundamentais como saúde, educação, assistência social e moradia.

Essa conjuntura complexa que vivemos evidencia que os retrocessos e os ataques aos nossos direitos no cenário pós golpe jurídico-parlamentar-midiático vão além de uma mera disputa por cargos de poder. Em realidade, expressam o acirramento da luta de classes e das manifestações das diferentes opressões no seio da sociabilidade capitalista, gerando sérios impactos na classe trabalhadora, nos grupos historicamente oprimidos, em nossa frágil democracia e, inegavelmente, na constituição subjetiva das singularidades.

Minimamente, precisamos tirar alguma lição desse processo: as elites brasileiras “flexibilizam” a democracia para seus próprios interesses, sem pudor algum. Não é necessária uma ditadura militar para que implementem medidas ofensivas contra a classe trabalhadora. Por outro lado, ao passo que avançaram as políticas de austeridade, há forte resistência da classe trabalhadora, da juventude e de diversos setores da sociedade que tomaram as ruas, realizaram mobilizações massivas, paralisações gerais, ocupações, bloqueios de estradas e afins.

Ainda que o cenário pareça desanimador, um exemplo de como uma luta até às últimas

consequências é o que garante conquista, mesmo em tempos difíceis, é a derrota recente do projeto Sampaprev, de reforma da previdência dos servidores municipais de São Paulo. A partir da greve e da ampla mobilização de professores nas ruas, a Câmara e a Prefeitura Municipal foram pressionadas a recuar e retirar o projeto de votação.

Nós, profissionais de Psicologia e sujeitos ativos na construção dessa história, não podemos nos furtar de nos posicionarmos e lutarmos em prol dos Direitos Humanos para todas as pessoas, contra a exploração humana e contra todas as formas de opressão, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e democrática. Concomitantemente, precisamos construir espaços coletivos de fortalecimento entre nós, apostando em encontros que sejam potencializadores de um corpo coletivo capaz de romper com o medo, o desamparo e, ao mesmo tempo, construir práticas emancipatórias e não aprisionadoras. Isso só será possível se estivermos atentas/os e em diálogo com as vozes de afrontamento e resistência, realizando análises cotidianamente e construindo coletivamente as lutas.

Tatiana Minchoni - Poeta em construção, cursa doutorado em psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de práticas culturais e processos de subjetivação, tendo como foco de estudo o Coletivo Sarau do Binho. Construiu a experiência em docência no ensino superior, lecionando na Universidade Potiguar, por mais de quatro anos e coordenando um Núcleo de Psicologia Social Comunitária (2012-2014). É membro do Observatório da População Infanto-Juvenil (OBIJUV/UFRN) em contexto de Violência e do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA/UFSC).





DEMOCRACIA, CLÍNICA E VIOLÊNCIA DE ESTADO

A prática da escuta clínica não é compatível com a forma política de ordem totalitária, “onde não é permitido praticar a ironia”, diz Miller (2016). Afirmar isso implica em colocar o fazer da clínica em causa comum com a defesa da democracia. Aquele que a pratica, portanto, deve defendê-la como quem defende as condições materiais mais elementares de seu trabalho.

Por certo, só é possível associar livremente se há liberdade e se ao tomar a palavra a violência do Outro não se antecipa como retaliação aos questionamentos de sua ordem. A democracia é, portanto, a condição fundamental para que a palavra possa tomar a cena e através dela, a enunciação do desejo encontre um lugar onde aportar sua verdade, lançando-a ao outro que lhe pode escutar. Neste sentido, a democracia não é somente condição para o exercício da prática clínica, mas para a formação de quaisquer espaços permeáveis a fala singular e desejante e

assim, ao sujeito que dela emerge e com ela pode vir a fazer marca.

Como operar na clínica da palavra, contudo, quando a democracia não está garantida como fundamento das relações políticas e não incide como operador do discurso para além de uma nomeação burocrática no ordenamento estatal? É fácil relacionar-se com a sensação de que é precisamente deste não-lugar que operamos na clínica neste país. Muito embora o Estado brasileiro se autoproclame uma democracia e que haja ainda brechas para as palavras - exceto algumas, tais como: golpe, ainda este que não deixe de se fazer sentir em seus impactos sobre os corpos - essa forçosa nomeação convive bem com a marca de 27.767 jovens negros assassinados por ano no país, segundo o Atlas da Violência de 2017. Daí se vê que, ao contrário dos esforços dos discursos afirmativos da normalidade, a democracia como tal, vai mal.

Que pode fazer, portanto o profissional psicólogo, a partir da clínica, diante da catástrofe política de nossos tempos?

Partamos primeiramente da ideia de que a política não se resume à regulação dos amplos circuitos de bens e de riquezas, onde o sujeito comum tem pouca ou nenhuma condição de incidir sobre seus desígnios. A política é também, e talvez na mesma medida, o circuito dos afetos, da circulação e exposição das pantomimas de fantasias e sintomas sociais refletidos no inconsciente de cada um a sua forma. Através da figura de Joseph K., no livro “O processo” de Kafka, descobrimos que o tribunal não é, afinal, muito mais do que um “corpo composto de lavadeiras, juizes, oficiais de justiça, meias de seda e sacerdotes” (Safatle, 2015, p. 15). Retratado assim, o tribunal, seria um corpo do qual todos já fazem parte e no qual todos têm implicados seus destinos. O afeto: temos aí, de antemão, algo sobre o qual as psicologias têm muito a dizer e, sobretudo, a fazer. Desde essa compreensão saímos do campo da imobilidade, onde nossa clínica e seus sujeitos se encontram reféns dos desmandos da macropolítica, para uma dimensão política que se faz a partir do manejo destes circuitos de afetos que nos convocam desde sempre.

A democracia, a partir da análise de sua composição afetiva, pode ser definida como um modo de gestão do espaço que não teria nem o medo, nem a imobilidade como centro de gravitação das relações (Safatle, 2015), mas ao contrário, a possibilidade da efetivação de encontros singulares de um sujeito afetado que diz e outros que podem ser atravessados por aquilo que escutam. A democracia é, sobretudo, isso: um espaço

político calcado sobre a mais radical abertura à escuta do outro. Isto é, ainda que as condições sociais não estejam dadas, a tarefa da clínica é a de construir em seus modos as possibilidades para o seu efetivo exercício.

O projeto Clínicas do Testemunho e os Centros de Estudos em Reparação Psíquica

Neste sentido é que invocamos aqui a experiência de trabalho do Projeto Clínicas do Testemunho, que comprometida com o fortalecimento da democracia, construiu dispositivos de circulação coletiva da palavra para a reparação dos efeitos psicossociais da violência de Estado.

Ao longo dos últimos dois anos (2016-2017) foram desenvolvidos dois projetos inéditos de reparação psíquica no Brasil: as Clínicas do Testemunho e os Centros de Estudos em Reparação Psíquica. Ambos os projetos foram construídos em quatro estados brasileiros: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, onde cada núcleo pôde construir propostas de trabalho consoantes com a singularidade das demandas de seus territórios. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o projeto foi sustentado pela SIG – Associação Sigmund Freud, de 2013 à 2015 e pela APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre, de 2016 a 2017. Trata-se de um trabalho que convoca o campo psi ao acolhimento das questões por ele suscitadas, a partir de um comprometimento necessário deste campo para com o fim da violência de Estado e com a democracia.

O projeto Clínicas do Testemunho integrou uma política de Estado para a efetivação do direito à reparação psíquica das vítimas

da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), bem como do tecido social afetado pela violência exercida naquele período. Este projeto foi desenvolvido a partir da Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça e faz parte do cumprimento das sanções da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo Estado brasileiro sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos por ele durante a Ditadura. O Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina (CERP-SC), conveniado ao Fundo Newton/British Council e à Comissão de Anistia, destinou-se à formação de profissionais que lidam com os efeitos psíquicos das graves violações de direitos humanos do presente e ao atendimento psicológico dos sujeitos afetados na região. Em ambos os projetos, a tarefa foi construir espaços clínico-políticos de intervenção no social, através da produção e compartilhamento dos testemunhos daqueles que viveram o terror da violência de Estado no passado e no presente

A clínica do Testemunho

Na clínica do testemunho, a posição daquele que escuta é marcada por seu lugar oco, tal como uma tela que se faz passível de suportar o registro de uma marca que a fala do outro lhe imprime. Trata-se ali de olhar nos olhos do sujeito torturado, ameaçado, despedaçado e que porta em seu corpo e sua fala o testemunho do excesso e da crueldade deliberada, necessários à manutenção deste sistema de exploração, e de suportar que essa marca seja inscrita em si. Esta é a dimensão do testemunho, um efeito de corpo que ao lançar-se em direção ao outro demanda o reconhecimento e permite a reparação da capacidade de fazer laço, alvo

primeiro da violência. Para o sujeito “a função do testemunho é, no limite, não admitir ser soterrado” (Alves Lima, 2017). É, neste sentido, um trabalho onde as dimensões clínica e política operam em ato de forma indistinguível.

É clínico porque o que objetiva é ainda a cura, um tratamento de palavra para o que do traumático não pôde se inscrever. A dimensão política desta clínica, por sua vez, é a desprivatização da portabilidade desta marca. Isto é, na operação de inscrição do horror testemunhado no corpo social, pois o sinônimo de reparar é inscrever. Um ato que concerne o sujeito que fala, mas principalmente para história social que é forçada a colher seu testemunho como algo que lhe pertence e desta forma é que ela é reparada. Isto é, na análise do objeto da

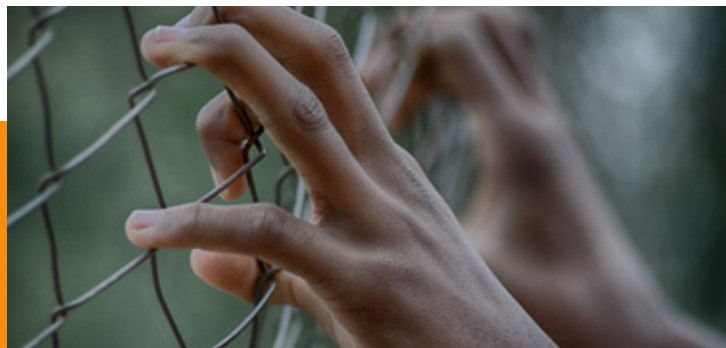


Foto: Google

reparação, o que se repara não é algum traço de inadequação do sujeito, o que se repara é a história. Enquanto operadores de uma política de reparação psíquica, sustentada pelo Estado, essa tarefa se alongava em levar esses testemunhos até uma espécie de tribunal simbólico e social onde a sua inscrição se fizesse ouvir como imperativo de responsabilização do Estado por seus atos. Partimos, assim, de uma posição ética que introduz a articulação entre o espaço clínico

e o espaço sócio-político, assumindo o que essa articulação tem de impossível.

Marcelo Viñar (1992) nos alerta para as tentações contidas neste fazer. Não se trata nem de intelectualizar a vivência do horror, isolando-o de sua fonte - a catástrofe política e histórica em que vivemos -, nem do ato militante, solidário ao sofrimento, na simples indignação e revolta contra a violência. No âmbito clínico, trata-se de sustentar essa marca como o que possibilita o traço e permite que ele se perpetue na história, não mais como ferida viva encarnada, mas como retrato que perdura e sustenta o imperativo do fim da repetição. Para o sujeito é encontrar um lugar para o que, enquanto excesso permanece sem representação. Como afirmam Suzin e Poli (2016), é apostar no testemunho enquanto perspectiva de que as narrativas não são o mesmo que o destino, e de que aceitar o que aconteceu é diferente de aceitar que isso siga acontecendo.

Tal operação não é sem consequências para o profissional que nela aposta. Como afirma Lacan, esta é uma posição pela qual o analista paga:

“[...] pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência; [...] pagar com o essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne de seu ser” (Lacan, 1958, p. 593).

Eis o lugar onde opera a reparação psíquica e onde através do reconhecimento se efetiva a democracia no espaço da clínica: no cerne do ser daqueles que testemunham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

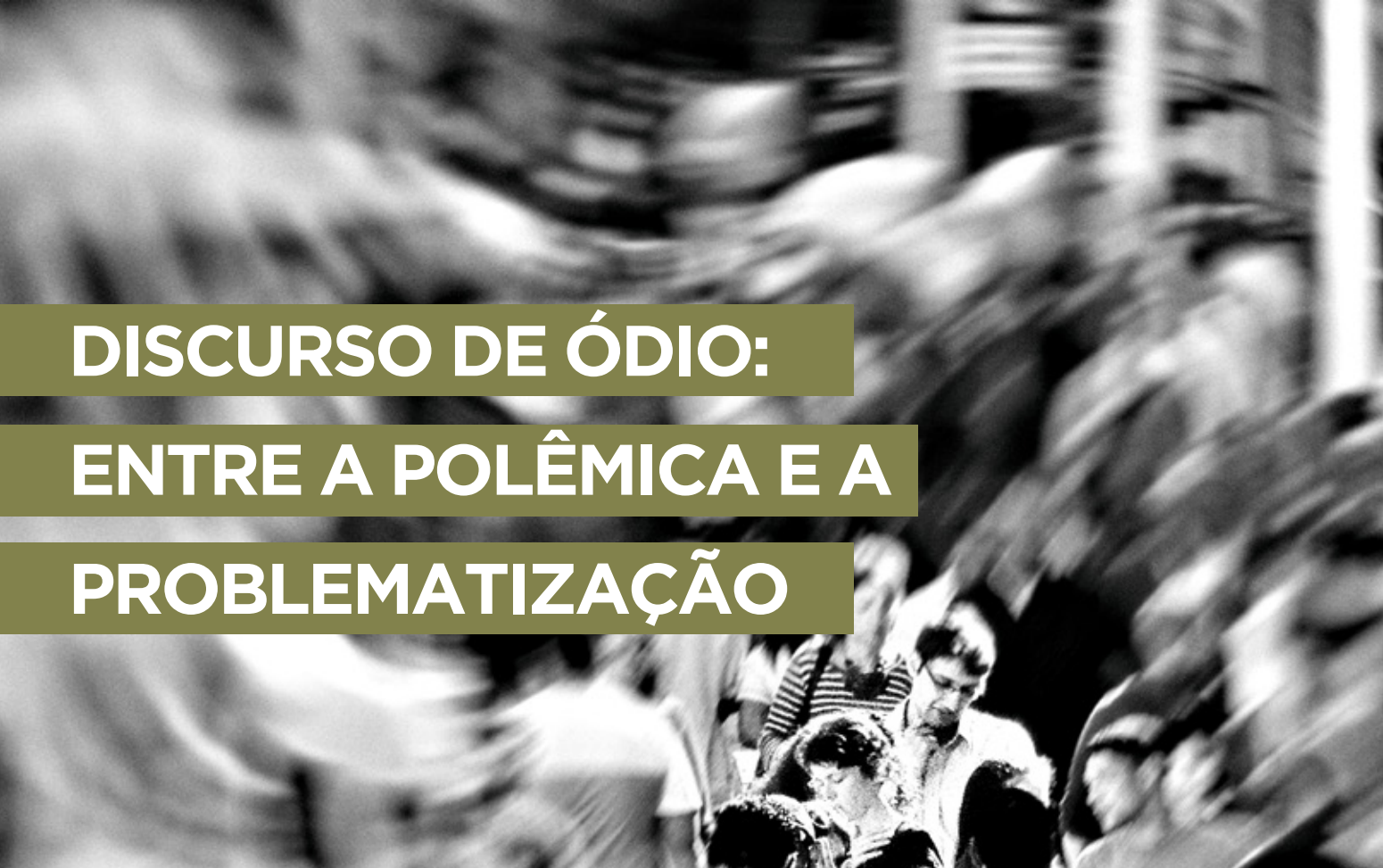
- Alves Lima, R. (2017) Análise Reparável e Irreparável. In: Psicologia: Ciência e Profissão v. 37 (núm. esp.), pp. 116-132.
- Carqueira, D.; Lima, R. S de; Bueno, S.; Valencia, L. I.; Hanashiro, O. Machado, P. H. G; Lima, A. dos S. (2017) Atlas da violência. IPEA: Brasília. 69 p.
- Galeano, E. (1989/2014) A desmemória/2. In: O livro dos abraços. 2 ed. Porto Alegre: L&PM Pocket. p. 110.
- Lacan, J. (1998/1958) A direção do tratamento. In: Lacan, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 593.
- Miller, J.-A. (2016). Enguia. Correio, 79, pp. 19-24.
- Safatle, V. (2015) O circuito dos afetos. São Paulo: Cosac Naify. 512p.
- Suzin, L. & Poli, M. C. (2016) A intervenção clínica na assistência social: o testemunho de uma prática de construção. In: Perrone, C. Conte, B. & Braga, E. C. (Org.) Intervenções psicanalíticas: a trama social. Porto Alegre: Criação Humana. p. 190-217
- Viñar, M.; Viñar, M.; Bleger, L. Reflexões sobre uma clínica da tortura. In: VINĂR, Maren; VINĂR, Marcelo. Exílio e Tortura. São Paulo: Escuta, 1992. p. 133-151.



Daniela Mayorca Psicóloga, mestre em Psicologia e Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Trabalhou na organização do Projeto Clínicas do Testemunho (Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Instituto APPOA/SC), do Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina (CERP-SC) e coordenou a Clínica da Reparação Psíquica (NEMPsiC/UFSC).

Atualmente, trabalha como Psicóloga Clínica de orientação psicanalítica.



DISCURSO DE ÓDIO: ENTRE A POLÊMICA E A PROBLEMATIZAÇÃO

1. Muito se fala hoje do crescimento de uma onda conservadora. Qualquer consulta rápida nas pesquisas de intenção de voto para a presidência em 2018 revela o impressionante crescimento de um candidato que, até alguns anos atrás, era uma figura relativamente obscura no Congresso Nacional, e que usa como insígnia o fato de não hesitar em proferir discursos odiosos. De fato, muitas de suas falas são assustadoras, infundadas e execráveis. É como se estivéssemos vivendo uma espécie de déjà-vu. Nos Estados Unidos, o atual ocupante do cargo se consagrou com uma campanha que abusava da polêmica, em que a cada semana era superada pela outra no quesito de falas e comentários absurdos. A campanha presidencial americana foi dominada por um turbilhão midiático que conferiu ao atual mandatário tempo desproporcional de cobertura, em

que os pundits se revezavam no ar com longos e extensos comentários analisando e repudiando essas falas sabidamente falsas, errôneas e, não poucas vezes, de puro ódio. O candidato magnata ocupou a centralidade dos noticiários, e tal estratégia parece não ter se encerrado com o fim da campanha. Nesse sentido, ele mobiliza o tempo da televisão, e tudo, pelo bem ou pelo mal, passa a girar ao redor dele. O ex-assessor da Casa Branca e ex-estrategista de campanha Steve Bannon fez a seguinte fala em discurso proferido diante do partido de extrema direita francês Front National, de Marine Le Pen: “Deixem que chamem vocês de racistas. Deixem que chamem vocês de xenófobos. Deixem que chamem vocês de nativistas. Usem como insígnia de honra. Porque a cada dia nós ficamos mais fortes e eles, mais fracos”.

2. Ao crescimento da onda conservadora se opõe um movimento de responder esses discursos, e para isso há variados dispositivos: desde manifestações de repúdio até o recurso aos dispositivos jurídicos. O discurso de ódio, é preciso lembrar, é uma categoria eminentemente jurídica. Falas e conteúdos considerados como discriminatórios são passíveis, no Brasil e em quase todo o mundo, de reprimendas no mundo jurídico. Há um entendimento que determinados discursos afetam desproporcionalmente determinadas populações vulneráveis. Portanto, a esses discursos potencialmente ofensivos aplica-se um outro dispositivo, esse jurídico-político, que tem uma longa e relativamente desconhecida história: a censura. Nesse texto, vamos tentar explorar uma posição que pode ser vista como polêmica, mas trata-se de um esforço não de polemizar, mas de problematizar. Argumentamos, sucintamente, que o recurso ao mundo burocrático-jurídico para barrar a circulação de discursos não é exatamente uma solução eficaz.

3. No Brasil, a censura é imediatamente associada à ditadura civil-militar que governou o país de 1964 até a década de 1980. Todos conhecemos histórias sobre como artistas e jornalistas foram censurados, e como esse aparato militar parecia, por vezes, errático, estranho e, no limite, indecifrável. Se determinadas manifestações eram suprimidas por seu caráter de denúncia ao governo, o que é natural no contexto ditatorial, outras supressões, como de peças de teatro e letras de música, eram menos óbvias e possuíam um vínculo mais incerto e indireto com a resistência ao governo. Contudo, há uma

lógica subterrânea que orientava o aparato censório.

Em um estudo instigante que culminou na sua tese de doutorado, *Censura: ensaio sobre a “servidão imaginária”*, Alexandre Nodari nos oferece uma compreensão inovadora do que significa o censurar e a censura. Para o autor, precisamos entender o censurar na sua dimensão positiva, produtiva; tomar a censura como algo que produz efeitos no mundo em vez de reprimi-los. Se a censura está comumente associada com a repressão, é porque ela está associada com um poder que apenas faz calar: é desta compreensão que se pretende escapar. Nodari tem em mente a abordagem de Michel Foucault sobre as relações de poder, rejeitando a compreensão abstrata e conceitual da filosofia política, mas tomando-as enquanto uma cadeia de relações que incita, demarca, produz. Portanto, se a censura faz calar, é nesse fazer que está contida sua demarcação no mundo; não mais como “algo que deixou de ser” (por exemplo, o conteúdo subtraído por baixo de uma tarja preta), mas como uma positividade que incita uma conduta, nesse caso, o silêncio (a tarja aqui operando uma positividade por si só).

Nodari observa, fazendo uma reconstrução genealógica da censura, que o verbo latino *censere* continha uma gama de significados muito maior do que hoje entendemos por censura. Havia na compreensão antiga da censura sua dimensão positiva implícita: censurar alguém, no mundo romano, era sugerir que se fizesse algo de algum jeito. Por isso os magistrados e advogados romanos emitiam pareceres jurídicos na forma

de censuras, sugestões em que estavam implícitas um certo conteúdo de autoridade. Ainda, o censo populacional opera a partir de uma lógica semelhante. Fazer a contagem de pessoas e de bens não era apenas uma função estatística condicionada ao governo, mas em certo sentido precedia a própria possibilidade de governar. O censo, nesse sentido, constituía, construía um povo. Nodari chega à conclusão que, embora a palavra censura no mundo moderno tenha perdido esse seu significado de positividade, sendo restritivamente compreendida enquanto apenas o silêncio, está no campo semântico da censura uma “sugestão com força”, uma vontade de mudar os hábitos. Por isso podemos dizer que a censura, antes de subtrair, cria e multiplica significados e condutas.

Essa compreensão permite a Nodari dizer que a máquina de censura brasileira entendia como subversivas não apenas as manifestações contrárias ao governo, mas também mais genericamente toda e qualquer manifestação potencialmente subversiva, capaz de subverter os costumes aos hábitos estranhos; há, explicitamente, uma preocupação com a constituição política de um povo. Partimos, portanto, dessa compreensão de censura, em que a negação de um discurso só pode ser compreendida no seio de estratégias que incitam uma determinada conformação de hábitos numa comunidade política complexa. A censura não é necessariamente negativa no sentido político; isto é, não deve ser apenas associada ao poder censor ditatorial que silencia, mas como um elemento fundamental na partilha de significados numa dada sociedade. As

modalidades em que se tenta censurar, portanto, nos falamos de que tipo de estratégias políticas estão sendo utilizadas

4 . Michel Foucault foi quem famosamente definiu, em sua aula inaugural no Collège de France: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Há, nas sociedades, uma economia estratégica dos discursos, amparadas em múltiplas e diferentes instituições e saberes, com cambiantes níveis de importância através dos séculos. Há que se interrogar, hoje, o que confere a importância estratégica do discurso de ódio, necessariamente tomando um passo atrás se quisermos efetivamente desarmar isso que nos aparece hoje como tão aviltoso e execrável, utilizado a torto e a direito pelos atuais políticos profissionais. Em *Polêmica, política e problematizações*, Foucault faz uma distinção que pode nos ser útil: na polêmica, o polemizador é um agente que possui privilégios no jogo discursivo. Embebido por um “distanciamento” em relação ao debate, o polemista “joga por fora”, recusando-se a entrar no jogo de forças imanente ao debate específico. A estratégia da polêmica é eminentemente processual, no sentido que distribui acusações e meandros próprios aos dogmas preestabelecidos. Já a problematização interroga-se sobre as condições políticas de possibilidade no interior de uma determinada questão e, nesse sentido, há um questionamento da própria política. Isso é dizer: não se trata aqui de afirmar qual seria a solução em relação ao discurso de ódio, mas entender quais os agenciamentos políticos em jogo e a quais

interesses eles servem em um panorama estratégico.

Uma rápida investigação da história do discurso de ódio nos Estados Unidos, que elegemos aqui como comparativo, demonstra que ele se torna um problema na medida em que começam a existir contenciosidades políticas em torno de censuras. Com efeito, se a primeira emenda garante a liberdade de expressão, e se hoje há um entendimento em termos menos restritivos – os Estados Unidos são o único país em que há uma incompatibilidade entre a censura ao discurso de ódio e a liberdade de expressão –, isso decorre não de uma superioridade moral de entendimentos mais liberais, mas de uma série de embates em que, por motivos políticos, houve a preponderância de uma posição em detrimento de outra. Com efeito, antes do século XX, mesmo com a primeira emenda em vigor, houve diversos casos de censuras e perseguições políticas por parte do governo – e isso continuaria mesmo durante o século XX. Nesse sentido, associações de direitos humanos e civis, como a ACLU, defendiam a não restrição dos discursos como causa progressista. Afinal, as palavras de ordem dos movimentos que perseguiam os chamados direitos civis eram vistos como passíveis de causar dissenso e de provocar desordem, posição não tão diferente da lógica com a qual operava a ditadura militar no Brasil.

Já no atual entendimento progressista mais em voga no Brasil, é preciso regulamentar e ampliar o discurso de ódio como estratégia de enfrentamento aos problemas sociais, como o racismo, a misoginia, a homofobia, entre outras discriminações. Estamos inseridos numa gramática de conflitos em

que, muitas vezes, a única modalidade de saída vislumbrada é a jurídico-burocrática. Se julgo que um determinado discurso emitido é ofensivo, é porque deve ser crime. Perde-se de vista que existem outras modalidades possíveis de confrontação a um determinado discurso, e que modalidades de censuras financiadas pelo Estado são elementos relativamente recentes. Mas, é importante reafirmar, essa estratégia de enfrentamento é apenas uma entre tantas outras; não temos motivo nenhum para eleger a via jurídico-burocrática como a única possível de resolução desses conflitos.

5. Há, como sugerimos, uma íntima relação entre discurso de ódio e a vulnerabilidade. Judith Butler tematiza tal questão em *Excitable speech*, em que discute a contiguidade entre a machucabilidade linguística e a corpórea. Embora não haja uma definição única de discurso de ódio, ele é normalmente definido a partir de sua capacidade de ofender desproporcionalmente uma determinada comunidade. Butler argumenta que não temos motivo nenhum para confundir vulnerabilidade com passividade e inação. A filósofa não nega que exista essa vulnerabilidade mais preponderante de alguns grupos, mas argumenta que ela é um elemento constitutivo e indelével de nossa sociabilidade. Afinal, assim como por vezes somos insultados por nomes não queremos ou não desejamos, a nossa própria entrada na linguagem depende de receber um nome que, fundamentalmente, não é nosso e é proferido por outros. Não devemos nos esquecer na potencialidade política de subverter determinados nomes ou palavras – poder que a ditadura tanto temia. Butler ilustra tal argumento a partir do termo *queer*,

que por muito tempo carregou estigmas negativos em relação à comunidade gay, mas que lentamente passou a ser reapropriado e recebeu um novo uso.

Isso não significa dizer que toda e qualquer palavra é passível dessa reapropriação, pois há casos certamente mais rígidos. Mas não parece ser uma opção efetiva conferir esse lugar todo poderoso ao discurso (de ódio), estabelecendo como única via de solução as amarras institucionais do jurídico. Se somos vulneráveis ao discurso, é sempre oportuno lembrar que o discurso – e o poder – também não são invulneráveis.

REFERÊNCIAS: BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Ética, sexualidade, política (Ditos e Escritos V). organização e seleção de textos Manoel Barros de Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NODARI, Alexandre. *Censura: Ensaio sobre a 'servidão imaginária'*. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

WALKER, Samuel. *Hate speech: the history of an american controversy*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.



Felipe Dutra Demetri
Mestre em Psicologia Social pela
Universidade Federal de Santa Catarina,
Bacharel em Direito



Foto: Ayrton Cruz

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

Por ocasião do convite da Revista Plural para escrever um ensaio que abordasse o mito da democracia racial no Brasil, experimentei diferentes sensações e cogitações. Contentamento, reconhecimento e a responsabilidade de conduzir reflexões sobretudo a respeito da negação do racismo, que representa um desafio cotidiano para as populações negra e indígena em nosso país.

Ponderei a respeito das contradições acerca do mito da democracia racial e de que forma a Psicologia e/ou as/os profissionais psicólogas/os tem se implicado com o tema das relações étnico-raciais. A partir dessa premissa, elegi um ponto que creio ser oportuno diante deste debate - a formação em Psicologia.

No processo de construção da formação ao longo de 8 décadas foram traçadas disciplinas e interfaces que, desde os primeiros currículos, já anunciavam questões de natureza política, tendo em vista a formação científica, reflexiva e crítica. Cabe retomar que o exercício profissional, além da aplicação de técnicas apreendidas, requer uma postura investigadora que é constitutiva

da atuação em qualquer contexto, seja no reconhecimento de saberes e experiências daqueles com quem trabalhamos, ou mesmo nos estudos sistemáticos que envolvem aspectos da cultura, história, nas práticas institucionais, organizacionais e de grupos.

Inicialmente proponho revisitarmos os caminhos que percorremos durante nossa formação, que a partir deste convite possamos entrar em contato com as diferentes histórias de vida daquelas/es que cruzamos (ou deixamos de cruzar) e que possamos reconhecer diferentes trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas. Quantas professoras/es negras/os fizeram parte de nosso percurso acadêmico? Quantas/os colegas de turma eram negras/os? Diante da 'cena', o que nos dizem essas 'ausências'? A respeito das bases epistemológicas contempladas em nossa formação, quantas delas tocaram o tema das relações raciais?

O que isso tem a ver com a tal democracia racial? E se partirmos da afirmação que os diferentes desdobramentos nestas trajetórias estão perpassados por uma ideologia fundante - o racismo?

Pensar o Brasil um 'paraíso racial', onde é possível viver plenamente a diversidade racial, tradições culturais, religiosas é uma forma de ignorar a presença cotidiana de um conjunto de crenças que negam a hierarquização racial, assim como os conflitos raciais e conseqüentemente os efeitos concretos do racismo que se evidenciam nas relações pessoais, nas instituições e na própria estrutura de Estado. A democracia racial é o elemento fundante da nação e exerce papel fundamental no apagamento das conseqüências danosas da colonização e da escravização em nosso país. Qual é o lugar do negro na sociedade brasileira? No discurso falacioso brinda um ideal de igualdade de oportunidades onde reside uma possibilidade de amenizar a responsabilidade pelas desigualdades, evitando discutir as inúmeras dimensões de privilégio do branco, ou mesmo a herança simbólica e concreta, que foi fruto da apropriação de quatro séculos do trabalho de outro (s) grupo (s).

Compartilho o impacto inicial de minha trajetória acadêmica numa universidade

pública do país - a ausência, tanto de docentes e estudantes negras/os nas salas de aula, como de intelectuais negras/os entre as/os autoras/es exigidas/os, ou ainda nas contribuições de povos negros na história, nas ciências e na formação da sociedade que não estivessem atreladas ao legado da escravização. A partir destas memórias coloco em questão a naturalização das posições ocupadas por negros e brancos na sociedade brasileira, afinal o que isso tudo tem a ver com a formação?

Um dos princípios fundamentais da Psicologia são o compromisso social e ético com a realidade brasileira, de forma que a negação dos danos persistentes em função do racismo gera condições para a manutenção das desigualdades e reafirma uma imposição política estabelecida pelo mito da democracia racial: a proibição social de se falar em racismo. A importância de assumirmos posição de interesse nas problemáticas raciais se impõe diante do cenário político atual, num movimento de resistência ao retrocesso e desmantelamento de políticas públicas. Destaco sobretudo a



necessidade de um debate com perspectiva antirracista presente no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia, que amplie epistemologicamente o segmento de intelectuais selecionadas/os, e que este 'novo' arcabouço teórico venha a subsidiar o interesse na produção de conhecimento nesta direção. Por acreditar na construção de uma Psicologia com o compromisso ético-político e que incida de fato na rotina profissional, é que creio na potência de debates nesta direção e que inspirem práticas nas diferentes dimensões de atuação da categoria. É do lugar de pesquisadora, psicóloga, mulher negra, mãe de uma adolescente, de origem paulistana da camada popular, que se norteiam minhas reflexões.

Renata Christiane de Lima é Psicóloga, Mestranda em Psicologia Social no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina; Pós-graduanda em Psicodrama; integra a Coordenação da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es de Santa Catarina - ANPSINEP - SC e o Conselho de Direitos Humanos - CDH/ CRP-12; Membro Fundadora do Coletivo Kurima - Estudantes Negras/os da Universidade Federal de Santa Catarina



PARA SABER MAIS:

Vídeos Café com Leite (água e azeite) - Parte 1 de 5-
<https://www.youtube.com/watch?v=375sS13XATO>

História da Psicologia e as Relações étnico-raciais
https://www.youtube.com/watch?v=kWxksk-c_OI

Racismo - O que a Psicologia tem a ver com isso?
<https://www.youtube.com/watch?v=MohUqkPMjfg>

ARTIGOS

Bento, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs).
 Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2002.

Gomes, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

Santos, Alessandro de Oliveira dos, Schucman, Lia Vainer and Martins, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicol. cienc. prof.*, 2012, vol.32.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS

Conselho Federal de Psicologia. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. 147 p.
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

Conselho Federal de Psicologia. Ano da Formação em Psicologia: 2018 - Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. Brasília: CFP, 2018. 84 p.
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Cartilha-Ano-da-formacao-em-psicologia-2018.pdf>

UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO EM POLÍTICAS URBANAS: A ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO PSICÓLOGO

O trabalho do psicólogo relacionado à questão urbana é ainda pouco conhecido da maioria dos profissionais. Aliás, a histórica atuação dos profissionais das ciências humanas e sociais é de certa forma invisível à sociedade. Quando alguém pensa no fazer voltado à cidade, à moradia, saneamento ambiental, mobilidade urbana, via de regra irá se lembrar dos urbanistas, arquitetos, engenheiros. Alguns, quem sabe, se lembrem dos geógrafos. Normal.

Não tenho a pretensão de requerer aqui o status da Psicologia, do serviço social, sociologia, jornalismo, antropologia, direito ou quaisquer outros campos de saber vinculadas às humanidades, que assumem papéis importantes na discussão sobre o tema cidade. A tônica deste texto é trazer uma reflexão sobre a cidade democrática produzida, digamos, simplesmente, por seres humanos. Proponho um olhar em que as disciplinas devem ser vistas como ferramentas utilizadas por pessoas com

inteligências e saberes específicos, que podem ser colocados à disposição da comunidade. Nem maiores, nem menores. Nem melhores nem piores. Diferentes. Que estas disciplinas, inteligências e saberes, formais ou não, institucionalizados ou não, homologados socialmente, ou não, possam ficar vinculados com o ser humano. Ao ponto.

Ao estender o olhar sobre a cidade, é natural que enxerguemos sua materialidade imponente de prédios, pontes, viadutos, avenidas, asfalto, semáforos e veículos. Aos desavisados, vale lembrar das dimensões nem sempre tão imediatas da urbe. Aquelas dos pais e mães que levam seus bebês para tomar sol no parque; dos trabalhadores em seu fazer laboral; dos motoristas, ciclistas e motociclistas em trânsito. Dos desempregados. Dos moradores vivendo o cotidiano em seus lares; dos jovens; dos nativos; dos estrangeiros de passagem. Dos sem teto e dos mendigos. Mais - dos animais domésticos, dos bem cuidados e dos

largados nas ruas. Dos animais silvestres que sofrem com a expansão urbana. Das árvores, da mata, dos corpos de água, enfim. Fala-se da cidade das relações entre as pessoas, dos encontros e desencontros, do uso dos espaços, das decisões políticas para definir os usos dos espaços, trabalho ou de lazer. De expressão ou opressão. De contemplação ou violência. É múltiplo.

A cidade é plástica e mutante. No momento em que você lê este texto, alguém planta ou derruba uma árvore, constrói ou derruba um muro. Na prefeitura, certamente, um grupo de pessoas entrou com um projeto de construção de novos edifícios ou condomínios. Um grupo de investidores planeja um novo loteamento. Um grupo de ciclistas se reúne para dar visibilidade à sua causa contra o domínio dos veículos. Na Câmara de Vereadores, tramitam pedidos de alteração do Plano Diretor, de nomeação e renomeação de ruas, aprovações de orçamentos para investimento, pedidos de preservação ou de extinção de áreas verdes, mudanças de traçados de ruas, etc. E nos bairros, nas periferias, há um movimento contínuo de construções. Muitas delas informais, inclusive, conformam-se à alteridade plástica da cidade.

A cidade está a cada segundo, em plena mudança. Transformações resultantes dos movimentos políticos das pessoas, dos que têm muito poder, e dos que têm pouco poder. Dos políticos delegados em suas funções e daqueles a quem costumamos chamar de cidadãos. Sim, cidadãos e cidadãs. Um termo que em lugar de designar um papel social, devia ser visto como aglutinador dos vários papéis que as pessoas assumem no espaço urbano. Ou um termo que esconde

os diversos modos de ser das pessoas que constroem, produzem e reproduzem a cidade. Para analisar estes diversos modos de ser, é útil propor um filtro filosófico: o ético, o estético e o erótico, não necessariamente nesta ordem, visto que se complementam e se inter-relacionam.



O ESTÉTICO

A cidade democrática é bela. Para pensar a urbe em sua dimensão estética, é importante lembrar o belo. O quê, afinal, ele produz em nosso corpo? Vale escarafunchar as armadilhas para definir a beleza. Destrinchar o rosário de relativismos que circulam nas fronteiras entre o bonito e o feio. Mas sobretudo interessa aqui salientar a importância para

o bem-estar físico, mental e espiritual, de se deparar com o belo e o aprazível. A beleza aguça os sentidos, pacifica o espírito e nos remete transcendências. Produzir cidades bonitas, alegres, confortáveis, funcionais, bem poderia figurar na agenda dos governos. O que há de tão complicado nisso?



Foto: Felipe de Souza

Esqueçam a beleza comercial de arranha-céus envidraçados, de carros importados pelas ruas ou das pessoas vestidas em fraques, como nas fotos dos anos de 1920. Produzir cidades bonitas pode ser muito simples. A começar por árvores: pense nos efeitos do verde em nossas retinas à luz do dia, o frescor do ar pela manhã ao caminhar numa avenida, no jogo fenomenológico do vento vergando galhos. Certamente é mais barato plantar

árvores do que criar simuladores digitais que reproduzam precariamente esta reação sensorial. Muros decorados, cidade viva; ciclovias para os seres do futuro; córregos despoluídos (isto sim, extremamente caro); uma fonte produzindo o som de água corrente, um parque com um mirante para se apaixonar. Prédios históricos preservados que se possa apreciar de dentro da janela do coletivo e pensar nos que estiveram antes de nós.

O ERÓTICO

Aqui a cidade pensada fisicamente para proporcionar o encontro e culturalmente para valorizar os afetos. De todas as naturezas. Que tudo o que vive, e não a máquina, esteja no centro de tudo. Que as máquinas, os acessórios e o concreto estejam submissos ao que é vivo, e não o contrário. A cidade afetuosa é democrática, tolerante, diversa. Cidades democráticas têm políticas de inclusão e são pensadas para todos os seus tipos de cidadãos. Inclusive para os refugiados.

O ÉTICO

A cidade democrática é justa. Porque tecida nas relações eróticas de afeto e empatia. Reproduz-se na gentileza e na tolerância ao diferente. Na cidade democrática, o outro ser humano, o transeunte desconhecido, aquele que atravessa a rua, aquela que corre paga pegar o ônibus, aquele outro que me pede esmola, nada mais é que uma versão possível de mim mesmo.

Os debates sobre as políticas urbanas e mais especificamente sobre a política da

habitação de interesse social gira em torno do fato de ser uma política periférica, sobre a qual se conversa pouco. Num país de desigualdades naturalizadas, convivemos pacificamente com, de um lado, um déficit habitacional da ordem de 6 milhões de moradias e de outro, o mesmo número de domicílios vagos. A tradição ideológica da propriedade privada transforma o solo num bem econômico muito valioso. Para grande parte da população, comprar um terreno legalizado pode ser o projeto de uma vida toda.

A partir de 2001 até 2014, vivemos um momento muito especial em relação à política de habitação. Em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que vai considerar a moradia e a terra urbana como um direito, e vai instituir diversos mecanismos para subverter a lógica especulativa do solo urbano. Em 2003 com a criação do Ministério das Cidades, desencadeou-se uma série de medidas para fazer valer esta nova lógica. Uma campanha nacional financiou a adequação das leis de Plano Diretor e milhares de municípios brasileiros. Momento em que diversos instrumentos jurídicos e executivos passaram a funcionar: Lei de Assistência Técnica, que oferece serviços de arquitetura e engenharia gratuito para famílias pobres, Lei da Regularização Fundiária, que moderniza os parâmetros de legalidade dos imóveis; criação do SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse, PNHIS – Plano Nacional de Habitação de HIS. Em 2009, concomitante mas nem tão alinhado assim com o grande movimento de planejamento local sobre habitação nos municípios, surge o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Até 2014, o PMCMV produziu e reformou

aproximadamente 3 milhões de moradias populares nas áreas urbanas e rurais mas, principalmente, nas áreas de maior déficit, como as regiões metropolitanas da região Sudeste.

Com todas as críticas a que foi submetido, tive o prazer de participar ativamente com o Programa na região da grande Florianópolis e presenciar, ao vivo e a cores, cenas emocionantes de casais idosos acessarem seu primeiro imóvel próprio.

Um dos principais méritos do programa foi o de fazer funcionar uma política que perpassava as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), envolvendo, obviamente, a iniciativa privada, que produzia as moradias. Outro, foi o de provar por “a” mais “b”, que política social tem grande capacidade de alavancar desenvolvimento. E um terceiro, deixou-nos o gostinho de que é possível praticar a universalidade de direitos.

A partir de 2014, com a crise político-institucional, os investimentos, praticamente, estacionaram. Agora, em fevereiro de 2018, foi anunciada uma meta de produzir 700 mil moradias pelo PMCMV. Uma meta que, no contexto das medidas de austeridade econômica, pode até ser comemorada mas sobre a qual, dadas as circunstâncias do cenário político, pesa o jugo da dúvida sobre sua exequibilidade.

É evocando este contexto político que salientamos a compromisso ético da atuação do psicólogo. É preciso que a prática do psicólogo esteja pautada numa visão coletivista e integradora. Que tenhamos a clareza da força das maiorias. Que

ajudemos os humanos atomizados, solitários, individualizados e segregados a tomarem parte no todo, a se coletivizar e a congregar suas inteligências e suas forças políticas. A se tornarem sujeitos não apenas de sua história pessoal e privada, havendo-se com suas subjetividades e histórias domésticas. Mas atuarem para a expansão plena das capacidades humanas de haver-se com o opressor, de comprometer-se sobretudo, com a história de sua gente, de seus iguais e de seus diferentes. Como potentes membros de coletivos capazes de transformar situações em escala comunitária, local e global, como seres públicos e políticos que somos.

É preciso conectar a atuação sobre a afetividade da escala privada com uma afetividade em escala pública e se comprometer com os sujeitos oprimidos em ambas as escalas. Não faz sentido tratar num consultório um caso de violência doméstica e torcer o nariz para causas amplas contra o machismo, por exemplo. O fazer do psicólogo passa por se expor empaticamente ao sofrimento vivido por um ser humano à sua frente. E ser capaz de compreender o fenômeno em sua dimensão social.

Sandro Marcelo Xavier é psicólogo, com mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no campo da habitação popular como servidor da Caixa Econômica Federal



PSICOLOGIA, DEMOCRACIA E LAICIDADE

Refletir sobre o tema “Psicologia, Democracia e Laicidade” sob a ótica crítica da Psicologia se esbarra menos em questionar a relação do sujeito com a espiritualidade e mais em problematizar o uso da religião como estratégia institucional coletiva e organizada diante das políticas de regulação da vida. Como se dá o uso da religião como estratégia moral política e, conseqüentemente, como essa prática ameaça a democracia? De que forma a Psicologia se implica nesse confronto produtor de subjetividades? Como pensar essa questão no plano político nacional neste momento histórico?

Vivemos em tempos talvez não de barbárie, mas de um “processo civilizatório” controverso e perverso em suas racionalidades; e extremamente problemático em termos de garantias democráticas e subjetivas. Sabe-se, hoje, que o que podemos chamar de Psicologia brasileira estruturou a construção de conhecimentos e de sua conduta profissional baseando-se em dois princípios éticos fundamentais: o princípio soberano da Laicidade e o de proteção e defesa dos Direitos Humanos. É dessa forma que somos implicados cotidianamente a responder os desafios que atravessam nossas

práticas sendo convocados a determinados posicionamentos.

Estejamos atentas, portanto, a uma questão: não é por fundamentar-se na laicidade que a Psicologia, como campo de produção de conhecimento e práticas, deva refutar-se de discutir a religião e sua relação com a política. Ao contrário: implica no reconhecimento de que a produção de subjetividades é promovida tanto pela Psicologia quanto pela Religião e que, infelizmente, pensar isso a partir do que vivemos no Brasil desmotiva e abala qualquer crença de Estado Laico possível.

Tomamos aqui a questão da Laicidade a partir da sua compreensão como um dispositivo político que organiza as instituições básicas do Estado e regula seus funcionamentos quanto à separação entre a ordem secular e os valores religiosos. É possível compreendê-la, ainda, como um dispositivo jurídico presente na Constituição de 1988 à medida que lá se coloca que “não é permitido ao Estado estabelecer vínculos com grupos religiosos, uma exigência que estimula a neutralidade, a igualdade e a não discriminação no funcionamento das instituições básicas”. Por fim, e definitivamente não menos importante, faz-



se necessário pensar a laicidade não tanto como um regime político ou uma organização social que se instaura repentinamente, mas primordialmente como um dispositivo político, cultural e sociológico sempre em disputa e necessariamente relacionado com a efetivação de uma democracia.

Em ano de eleições sob a sombra de constantes movimentos de ameaça aos Direitos Fundamentais, pensar a atuação da Psicologia requer uma análise política de um campo que está diretamente ligado ao nosso, à medida que também produz subjetividades a partir de suas normativas. Somos convidadas, assim, ao campo da política legislativa e suas estratégias de regulação. Somos, ainda, convocadas a refletir os diversos aspectos subjetivos que envolvem os processos de exclusão e discriminação consequentes de uma laicidade incerta. O que hoje no Brasil nos leva diretamente a pensar, não somente, mas com maior atenção e cuidado, ao movimento intitulado “Frente Parlamentar Evangélica”.

1. DAS DISPUTAS E ESTRATÉGIAS

Em 1996 o sociólogo Antônio Flávio Pierucci, ao analisar a participação da bancada evangélica já na assembleia de construção da Constituinte - que em 2016 fez 30 anos - afirmou a possibilidade de que eles vieram para o mundo da política para ficar. Não se tratava de uma estratégia limitada à conjuntura privilegiada de elaboração da nova Carta Magna, mas suas ações e organização política o levaram a acreditar que os parlamentaristas evangélicos pretendiam permanecer e ir além. Encerramos o ano de 2016 com a histórica participação no

jogo eleitoral com 250 representantes pelo Brasil, que pleitearam vagas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador de todas as capitais. No total, foram 195 “pastores”, 33 “missionários”, 14 “bispos”, sete “apóstolos” e um “presbítero”. Lideraram Comissões legislativas (como por exemplo a de Direitos Humanos e Minorias) passando até mesmo pela própria presidência da Câmara dos Deputados Federais. Levaram a prefeitura do Rio de Janeiro e em São Paulo dobraram sua representatividade. Estamos frente a um candidato à Presidência da República em intensa e aversiva campanha eleitoral.

Retrato, assim, o contexto em que atualmente se sustentam as mais controversas e conservadoras manifestações religiosas e morais na atuação de diversos parlamentares. Após a constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional e sua massiva participação em diversas pautas políticas nacionais, este grupo vem chamando a atenção das mídias e da população, resultando em uma atuação que não pode mais ser desconsiderada das análises políticas do país. Em outras palavras: eis aqui o berço em que se sustenta “bolsonaros e afins”. Podemos considerar, inclusive, este cenário como sede de muitas afrontas democráticas que esbarram necessariamente em nosso campo de atuação, à medida que só existe Psicologia se existe laicidade. E laicidade sem democracia ou democracia sem laicidade é logicamente impossível, porém constante e audaciosamente praticável.

A crise do regime militar, o início do pluripartidarismo, a tentativa de redemocratização do País e a elaboração

da nova Constituição Federal, em 1988, marcam a década de 1980 como um período no qual diversos grupos sociais buscaram as garantias de seus direitos civis. Este é um reflexo de nossa transição lenta e gradual de um período de 20 anos de ditadura militar para uma suposta democracia, de modo que uma série de garantia dos direitos civis precisou ser novamente construída e negociada. Ou seja, forças políticas divergentes passaram a ocupar e a moldar o novo cenário político do País, lutando cada qual por seus interesses específicos. Entre elas, os evangélicos pentecostais, que já em crescente expansão populacional, marcaram presença na Constituinte.

Nesse momento histórico percebemos um ponto de tensão no que se refere à laicidade e democracia. O que antes era marcado por uma postura mais “passiva” politicamente, ou seja, um discreto apoio indireto ao regime militar transforma-se em uma disputa de mercado político representativo, à medida que se inicia o movimento de incentivo ao voto entre “irmãos” para concorrer junto aos católicos sua parcela “democrática”. O interesse primordial é a proteção de seus ideais conservadores e de uma retomada a uma versão cada vez mais tradicionalista da moral cristã.

A partir de 2003, cresce o número de evangélicos parlamentares eleitos. No entanto, somente o crescimento numérico não é suficiente para justificar a criação da Frente Parlamentar Evangélica. Concomitante à construção do Novo Código Civil, em 2003, deu-se também a Constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica que, nesse mesmo ano, surgiu como uma oportunidade para a

organização e atuação conjunta. O Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005 da Câmara dos Deputados, caracteriza a Frente Parlamentar como uma associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade. Enquanto estratégia política organizada, na legislatura passada (2010-2014), tomaram posse 73 congressistas evangélicos, sendo 70 deputados e 3 senadores. Em uma série histórica o número mais que dobrou: em 2006 eram 36 dos quais foram reeleitos 34. Já na atual legislatura (2015-2019), a FPE contou com um pequeno acréscimo no número de integrantes, passando a contar com 74 deputados.

O referido segmento é um dos que mais apresenta entraves para a aprovação de leis que buscam amparar o movimento LGBTTT e demais ações voltadas aos Direitos Humanos, intensificando sua importância na representatividade na política brasileira. Os valores defendidos pelas figuras políticas ligadas a este grupo geralmente entram em conflito com interesses de outros movimentos, restringindo e dificultando de forma constante o acesso a direitos para segmentos específicos. Entra na pauta dos parlamentares a defesa da família heteronormativa, o combate sistemático à legalização do aborto e demais políticas de saúde para as mulheres, o não reconhecimento da união civil entre homossexuais como sujeitos de direitos, posições extremamente conservadoras no que se refere à descriminalização das drogas e pautas referentes aos Direitos Humanos de forma geral.

Embora composta por partidos e denominações concorrentes, a Frente Parlamentar Evangélica, com uma grande frequência, apresenta estratégia e atuação conjunta e reflete o poder de mobilização dos pentecostais na sociedade brasileira. Assim, o que poderia ser um espaço de construção de instrumentos políticos emancipatórios e democráticos é, de maneira crescente, marcado pela discriminação de determinadas possibilidades de existência, numa dinâmica que inviabiliza a compreensão da diferença de modo a promover e legitimar desigualdades. Vale ressaltar que estes são posicionamentos organizados politicamente e que certamente não se traduzem em todo o pensamento ou posicionamento dos sujeitos destas religiões.

2. Daquilo que nos afeta

O compromisso ético da Psicologia com as questões como diversidade sexual e com demais aspectos compreendidos no campo dos Direitos Humanos é comprometido e afrontado constantemente. Há, sobretudo, uma ameaça sistemática a partir das ações e pautas propostas pelos representantes políticos da Frente Parlamentar Evangélica. A diversidade sexual, seguindo o exemplo, sofre publicamente processos de estigmatização num movimento contínuo de ataques aos seus direitos e propagação de um conjunto de ideias que tende a afirmar moralmente discursos de ódio e ações preconceituosas. As ações da Frente Parlamentar Evangélica são múltiplas e recebem apoio e legitimidade em diversos campos do saber.

No caso da Psicologia esses interesses conservadores e morais confrontam certa postura ética que nosso campo de conhecimento preconiza. Um exemplo

notável disso foi o lançamento, em todo território nacional, de discursos em torno de uma possível “Psicologia Cristã”. Mais ainda, a propagação de metodologias clínicas, produções teóricas com a finalidade de provocar e produzir um movimento de proposta de formação em “Psicologia Cristã”. Em sua maioria, notou-se posicionamentos extremamente preconceituosos e limitadores às práticas democráticas. Não à toa, de forma muito lúcida, o Conselho Federal de Psicologia se posicionou contrário a essa posição, já que de acordo com a Lei 4.119/1962, para se intitular psicóloga(o) e exercer legalmente a Psicologia, a(o) profissional deve ser diplomada(o) em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC e devidamente registrada(o) junto ao CRP, conforme estabelecem as leis 4119, de 1962, e 5.766, de 1971. Pauta-se, ainda, que de acordo com a resolução CFP 13/2007, o Conselho Federal de Psicologia reconhece apenas uma Psicologia, que se constitui por 12 especialidades, técnica e cientificamente validadas. “Psicologia Cristã” definitivamente não é uma delas. O CFP ressaltou, dessa forma, que a Constituição brasileira assegura a laicidade do Estado, e o Sistema Conselhos de Psicologia pauta-se por tal referencial ao realizar suas ações de orientação, fiscalização e regulamentação da profissão. A autarquia comunicou de forma pública, adicionalmente, que encaminhou ofícios a estabelecimentos de ensino que não se referem à formação em Psicologia conforme a definição legal em que solicitou alteração no nome do curso e nas campanhas de divulgação.

Este é apenas um dos exemplos que podemos trazer para pensar o problema da Psicologia, democracia e laicidade. Muitas

são as pautas correntes na ordem do dia do Congresso Nacional - e na política brasileira de forma geral - que dizem respeito ao nosso campo de saber por afetarem e produzirem diretamente algo no campo das subjetividades. Discussões sobre racismos, violências à população não heterossexual, violência contra mulheres e crianças são pautadas de forma conservadora em projetos de leis e em propostas políticas cotidianas.

Uma Psicologia comprometida ética e politicamente com sua época e seu fazer deve prezar pela Laicidade como princípio e garantia de um Estado Democrático. O que está em jogo é na verdade um grande conflito ideológico pautado constantemente por membros e simpatizantes das causas da Bancada Evangélica e, evidentemente, tal colisão atinge não só os aplicadores do Direito, mas todos àqueles cuja intencionalidade é a prática e garantia de liberdades democráticas.

Trata-se de defender sempre a laicidade de Estado (e da Psicologia) para que decisões políticas em espaços públicos não sejam motivadas, justificadas e sustentadas por práticas e discursos religiosos organizados, como vemos hoje em evidência em nosso país. Estamos falando de um grupo político organizado que insiste na tentativa de homogeneização de práticas sexuais, de posicionamentos políticos e de formas de conduzir a sociedade que visam aniquilar as diferenças e hostilizar qualquer tipo de debate político honesto e produtivo. Estamos falando de produção de subjetividade, de produção de sujeitos que se adequariam mais ou menos às normas conservadoras pautadas. Estamos, definitivamente, falando de produção de exclusão, de processos de

violação de direitos, de precarização da vida e de sofrimento psíquico.



Juliana Rego Silva é psicóloga formada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e possui mestrado em Psicologia Social com ênfase em cultura e processos de subjetivação (PPGP/UFSC). Atua como Psicanalista em Florianópolis onde participou do projeto Clínicas do Testemunho e atualmente é da equipe de coordenação do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Cultura da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP/SC).

